



03/03/2008

## BOLETIM DA CNTSS-CUT - MARÇO DE 2008

**CNTSS/CUT não assina relatório final do GT de Regulamentação da Gratificação de Atividade de Desempenho do Seguro Social GDASS do INSS**



*CNTSS ratifica em reunião geral a decisão de não assinar o relatório do GDASS*

Única entidade sindical a compor o Grupo de Trabalho criado há mais de um ano com o objetivo de regulamentar a Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social (GDASS), a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Seguridade Social (CNTSS/CUT), não assinou o relatório final do GT, em reunião realizada entre os dias 12 e 15 de fevereiro, em Brasília. A decisão da Confederação, ratificada no encontro da direção geral da entidade, entre os dias 21 e 23, em São Paulo, se deu pela recusa do Governo Lula, em retirar de tramitação no Congresso Nacional, o Projeto 248/98.

“A CNTSS decidiu participar desse GT por se tratar de um assunto extremamente complexo capaz de mexer profundamente com a carreira do servidor e nós não seríamos irresponsáveis de deixar esse tema ser discutido sem a representação dos trabalhadores” declarou a presidenta da CNTSS, Maria Aparecida Faria.

Embora tenha tido avanços, o resultado final do GT ainda não atende todas as reivindicações do servidor, principalmente no que diz respeito às possíveis oscilações salariais para o servidor ativo, após avaliação semestral, e valores diferenciados pagos aos aposentados.

No relatório o governo quer que a CNTSS assine o documento, cujo principal teor é a regulamentação da avaliação de desempenho sem as correções das péssimas condições de trabalho existentes nas diversas agências do INSS em todo país.

A confederação defende a garantia de um processo permanente de capacitação, além do reconhecimento das qualificações feitas por iniciativa do próprio servidor.

“Outra questão é que a avaliação do desempenho não deve ter a função de punir o servidor, mas sim de ser uma forma de estimular a sua reciclagem. Nós entendemos que o INSS não tem dado as condições necessárias para que haja um melhor desempenho dos servidores, observou o secretário de Comunicação, Irineu Messias.

PL-248 - A preocupação da CNTSS é baseada também em consequência do Projeto de Lei 248/98, que trata da perda do cargo público por insuficiência de desempenho. O projeto, oriundo do governo Fernando Henrique, ganhou celeridade na tramitação no Congresso Nacional. “A CNTSS percebeu o risco da aprovação do PL-248 em um momento que o governo impõe também o projeto da avaliação do desempenho. São questões que não podem estar atreladas, uma vez que o desempenho do servidor depende da estrutura que ele dispõe e da capacitação e qualificação permanentes, sem esses pontos resolvidos, a perda do cargo por insuficiência de desempenho é extremamente injusta”, afirmou Maria Aparecida.

A CNTSS quer que o governo Lula retire da pauta do Congresso o PL-248. “Não havia como assinar o relatório do GDASS sem que o governo se posicionasse em relação à retirada do PL-248”, declarou Terezinha Aguiar,

primeira secretária da CNTSS, e integrante do Grupo de Trabalho.

Avanços –A CNTSS/CUT reconhece que houve avanços na discussão do GT, entre eles a instituição de um comitê de avaliação composto por três servidores, sendo dois eleitos entre os próprios servidores. Também foi reduzido o percentual do IMA (Idade Média do Acervo) de 20% para 10%, durante o período semestral de avaliação.

A CNTSS/CUT defende a incorporação de todas as gratificações no vencimento básico, principalmente dos aposentados. “A bandeira principal da CNTSS é o reajuste salarial e a reestruturação da Carreira do Seguro Social”, afirmou Maria Aparecida.

Dossiê – A CNTSS/CUT convoca todos os sindicatos federais, filiados a CUT, para reiterar junto à sua base a formulação de um dossiê detalhado dos problemas nos locais de trabalhos que possam prejudicar a avaliação de desempenho dos servidores. Também orienta que toda e qualquer arbitrariedade das chefias, que porventura possam se utilizar da avaliação de desempenho para perseguir os servidores, seja denunciada imediatamente. As denúncias e o dossiê sobre as condições de trabalho nos órgãos ligados aos respectivos sindicatos devem ser encaminhadas para o e-mail. [diretoria@cntsscut.org.br](mailto:diretoria@cntsscut.org.br)

### **CNTSS defende os servidores do INSS fixados na Procuradoria Geral Federal**



#### *CNTSS em audiência com o procurador Marcelo de Freitas da PGF*

A novela da situação de mais de 1.500 servidores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que foram fixados na Procuradoria Geral da Fazenda (PGF), por força da Lei 11. 11.457/07, que criou a Receita Federal do Brasil, ainda continua e dessa vez com novo capítulo. Um documento do INSS que circula desde o dia 1º de fevereiro informa que os servidores que se encontram nesta situação vão ser fixados, de forma definitiva, a partir de abril deste ano na PGFN.

Era tudo o que os servidores não queriam ouvir. A notícia estourou como uma bomba, uma vez que eles se encontram em processo de negociação com a Procuradoria Geral Federal, desde dezembro do ano passado. Sem carreira ou função definida nestes órgãos e ainda ameaçados de terem os salários congelados até 2010, caso sejam incorporados à Carreira Fazendária, os servidores estão preocupados que esta perspectiva se confirme. Em audiência realizada no último dia 13 de fevereiro na sede da Procuradoria Geral Federal, em Brasília, a CNTSS voltou a repudiar o tratamento que está sendo dado aos servidores pelo governo. “Nós estamos firmes na luta para a criação da carreira desses profissionais que não querem ser fazendários até porque não é a função deles”, afirmou a dirigente da CNTSS, Terezinha de Jesus Aguiar.

A CNTSS/CUT defendeu as três principais reivindicações dos servidores: Cargo ou Carreira específica na estrutura da PGF, tendo em vista as especificidades das atribuições desempenhadas (diferentemente dos servidores do Ministério da Fazenda), o direito de optar pelo retorno ao seu órgão de origem (INSS), e redistribuição para os quadros da PGF, órgão integrante da estrutura da Advocacia Geral da União (AGU).

Terezinha de Jesus Aguiar ressaltou que em audiência, realizada em dezembro de 2007 com o procurador Marcelo de Freitas, e a participação da CNTSS e UNASLAF, ficou acertado que estes servidores seriam fixados na PGF, por necessidade e interesse desta, através de uma Portaria interministerial, com funções e atribuições definidas.

Na nova rodada de negociação, no último dia 13 de fevereiro, foi reafirmado pelo procurador geral, José Aragonês Vianna e o procurador geral substituto, Marcelo Siqueira de Freitas, o interesse da permanência dos servidores no órgão.

“Nós queremos a criação de uma carreira na Procuradoria, que atualmente não existe e para isto sugerimos a criação de um Grupo de Trabalho Nacional para discutir esta proposta”, concluiu Terezinha.

### **Março será de mobilização nacional dos servidores públicos em defesa das convenções 151 e 158**

A CNTSS orienta sua base a se incorporar na grande mobilização a ser realizada em Brasília este mês pela aprovação das convenções 151 e 158. Os detalhes do formato e do dia da manifestação vão ser definidos em reunião preparatória no dia 05 de março, em Brasília/DF.

A Convenção 151 garante, como política de Estado, a negociação coletiva no setor público das três esferas e dos três poderes e liberdade de organização, atuação sindical e reivindicatória no setor. A 158, também como política de Estado, extingue o instrumento da demissão imotivada no país, o que representará um duro golpe na alta rotatividade de mão-de-obra, inclusive, no setor privado da Seguridade Social.

Comemorado como uma data histórica pelas lideranças da CUT Nacional e de diversas confederações e entidades cutistas, os textos das convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foram entregues ao Congresso Nacional, no último dia 14 de fevereiro, para ratificação após o presidente Lula ter assinado as duas Convenções.

Na mobilização nacional, a CNTSS vai aproveitar para protestar contra o Projeto de Lei 248/98, que trata da perda de cargo por insuficiência de desempenho do servidor e que se encontra mais uma vez Câmara Federal para ser votado. “Nós queremos que o governo Lula retire o PL 248 da pauta de votação”, reforçou a presidenta da CNTSS, Maria Aparecida.

A CNTSS também vai exigir o cumprimento dos acordos firmados com os trabalhadores federais da Seguridade Social (Saúde, Previdência, Trabalho, INSS e Ministério da Previdência Social), que estão sendo ameaçados após o fim da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF).

“A CNTSS convoca todos os servidores públicos da Seguridade Social, a se unirem nessa luta”, declarou Maria.

### **Reunião Geral da CNTSS define estratégias de ação para 2008**



*Maria Aparecida Faria presidenta da CNTSS/CUT e João Felício da CUT Nacional*

A direção da CNTSS/CUT esteve reunida em São Paulo entre os dias 21 e 23 de fevereiro para traçar as ações sindicais para o ano de 2008 em defesa dos trabalhadores da Seguridade Social. A presidenta da Confederação, Maria Aparecida Faria, abriu a reunião que teve como convidado o secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, que fez uma análise da conjuntura política do país.

A Direção da CNTSS aprovou o cronograma das ações para 2008. As ações foram divididas em eixos de atuação já com a definição de prazos e os respectivos responsáveis em cada uma delas. Entre os eixos de atuação, a CNTSS traçou como alvo o Controle Social no Sistema Único de Saúde (SUS), a gestão do trabalho, a gestão do SUS, a Previdência Social, a Assistência Social, os Agentes de Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias, os trabalhadores da privada, a Negociação Coletiva e as políticas permanentes da CNTSS.

Durante este mês, a CNTSS fará gestão junto a CUT para a realização este ano da Conferência da Seguridade Social. Esta foi uma das propostas aprovadas na última Conferência Nacional de Saúde. Também estão previstas ações para regulamentação da Emenda Constitucional 29 que define percentuais mínimos de aplicação de recursos nos serviços públicos de saúde.

No dia 07 de abril será comemorado o Dia Mundial da Saúde. Nas comemorações, a CNTSS vai orientar os estados a definir a data como o “Dia Nacional de Luta Contra as Fundações Estatais de Direito Privado.

Em Maio, entre as atividades previstas está a 2ª Jornada Nacional de Lutas com mobilizações em Brasília, com data ainda a ser definida. E em Agosto a 2ª Marcha da Seguridade Social.

No eixo da Previdência Social, uma das ações previstas é a potencialização das atividades da CUT sobre o Regime Geral da Previdência (INSS) e dos regimes de Previdência Própria. Além disso, vai acompanhar e cobrar a criação de Planos de Carreira dos servidores públicos da Seguridade Social.

Durante todo o ano vão ser realizados encontros de trabalhadores da Assistência Social, além da ampliação da divulgação da estrutura do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Também no sentido de fortalecer e ampliar o foco de atuação da CNTSS, vão ser feitos encontros nacionais com trabalhadores da Superintendência de Trabalho, Emprego e Renda ( as antigas DRTs)

No âmbito dos estados, a CNTSS vai apostar na realização de seminários com os sindicatos dos servidores públicos estaduais( sindsaúdes)para definir as políticas de ação junto à Confederação.

Outro foco da Confederação no ano de 2008 está nos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACES). Nos meses de agosto e novembro vão ser feitos encontros regionais e nacional com estes profissionais.

Não é apenas o serviço público que receberá atenção da CNTSS este ano. A Confederação também irá realizar encontros com sindicatos do setor da Saúde Privada que faz parte da base da CNTSS.

Para o fortalecimento do ramo das entidades sindicais, a CNTSS irá estimular a criação de federações estaduais e regionais do Ramo da Seguridade Social, e envolver as CUTs dos estados para que seja feito um mapeamento.

Dentre as políticas permanentes da CNTSS está a elaboração de estratégias para os aposentados. Entre elas, a defesa dos salários dos aposentados que a cada ano vem sendo reduzido.

No eixo da negociação coletiva, uma das principais bandeiras da CNTSS, serão feitas ações para potencializar a campanha da CUT pela ratificação das Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também dentro dessa perspectiva, vão ser elaborados documentos para os filiados ressaltando a importância da ratificação destas duas convenções e dos projetos sobre negociação coletiva. O mesmo deverá ocorrer com as CUTs estaduais, a partir de documento encaminhado pela CUT Nacional, onde vão ser intensificadas as discussões e os objetivos das Convenções 151 e 158, envolvendo todos os sindicatos filiados na campanha pela ratificação.

**CNTSS em intercâmbio no Japão. A 2ª maior economia do planeta enfrenta o aumento da terceirização e a redução do emprego formal**



*Fábrica da Sony, um exemplo da competição da indústria japonesa*

Durante três décadas, o crescimento econômico no Japão foi espetacular: dez por cento de média anual nos anos 60, cinco por cento nos anos 70, e quatro por cento nos anos 80. Nos anos 90, nem tanto. Houve um abrandamento acentuado, devido o efeito secundário do sobreinvestimento na década anterior. A partir dos anos

2000, um outro fenômeno bateu a porta do oriente, a chamada terceirização. Prática, rápida e com menor custo de encargos, ela se tornou uma febre nas empresas e a conseqüente redução da oferta de empregos formais.

A representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), Miraci Astun, participou de um intercâmbio no Japão durante 15 dias e acompanhou de perto o drama dos trabalhadores que assistem a perda de conquistas históricas em meio à globalização do mercado.

O Japão que tenta reaprender o caminho de volta das lutas e conquistas sociais e terá muito a ganhar com as experiências dos sindicatos representativos da classe trabalhadora, entre os quais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

“Esse processo faz com que o movimento sindical japonês tenha que trabalhar de forma mais intensa com a realização de campanhas pela redução das horas extras. Isso mostra que os problemas da classe trabalhadora são semelhantes seja em um país como o Japão com a segunda maior economia do mundo ou nos países do terceiro mundo”, comparou Astun.



*Miraci Astun da CNTSS em Intercâmbio no Japão*

O advento da globalização e implantação do projeto neoliberal faz vítimas em todo o mundo. Até mesmo no Japão. As mudanças da nova ordem mundial, que interliga mercados com capitais cada vez mais voláteis, exigem uma reformulação na estrutura dos sindicatos para garantir e expandir os direitos trabalhistas.

“Os trabalhadores no Japão tinham estabilidade no emprego mesmo que na empresa privada, é o que eles chamam de emprego fixo. O trabalhador começava na empresa e só saía dela quando se aposentava. Agora já não é mais assim e eles estão tendo que reaprender”, ressaltou Astun

### **A CNTSS-CUT na defesa de direitos e avançando nas conquistas!**

Expediente

Boletim Eletrônico da CNTSS-CUT

Presidenta: Maria Aparecida Faria

Secretaria de Comunicação - Irineu Messias de Araújo e Sandro Alex Cezar

Jornalista responsável: Tânia Passos – DRT: 2002

E-mail: imprensa@cntsscut.org.br

Endereços:

Rua Caetano Pinto, 575 – Brás – São Paulo - SP. CEP 034041-000. Fone (11) 2108-9156/9300 e 2108-9216

Sede Brasília

SCS 02 Bloco C – Edifício Wady Cecílio II, 3º andar, Brasília – DF. CEP 70300-500. Fone (61) 3322-5062

Site: [www.cntsscut.org.br](http://www.cntsscut.org.br)

E-mail: [diretoria@cntsscut.org.br](mailto:diretoria@cntsscut.org.br)

**FONTE: CNTSS-CUT**

**LINK: <http://www.cntsscut.org.br/pagina.asp?pagina=boletim&acao=lerNoticia&id=422>**